

ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

TEMA DO MÊS: DIREITOS HUMANOS E A CIDADE

ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Bruno Covas
Prefeito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA - SMDHC**

Secretária Municipal
Claudia Carletto

Secretária Adjunta
Juliana Felicidade Armede

Chefe de Gabinete
Luiz Orsatti Filho

Comunicação e Assessoria de Imprensa - SMDHC

Priscila Rosa de Oliveira
Coordenadora de Comunicação

Everton Clarindo
Assessor de Imprensa

Fábio Madeira
Assessor de Imprensa

Silvano Tarantelli
Assessor de Imprensa

Departamento de Educação em Direitos Humanos

7ª Edição

Setembro, 2020

Realização

**Departamento de Educação em Direitos
Humanos - SMDHC**

Cassio Rodrigo - Diretor
Renata Mie Garabedian - Assessora
Tayná Rodrigues Salviano - Assessora
Vera Velozo - Assessora

Editorial

Tayná Rodrigues Salviano

EDH na Rede

Renata Mie Garabedian

Cultura DH

Deise da Rocha Ramos

Lugares de Memória

Jessica de Sá

Perfil EDH

Eloisa Neubaner

Revisão

Fábio Madeira

**Concepção gráfica, diagramação e foto de
capa**

Renata Mie Garabedian



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

CARA LEITORA E CARO LEITOR

Em sua 7ª edição, o Espalha EDH – Informativo mensal sobre Educação em Direitos Humanos trabalhou, como de costume, com reflexões e informações dentro de cada um dos nossos eixos: EDH na rede, Cultura, Lugares de memória e Perfil EDH.

O diferencial é que, neste mês, vocês terão contato com um dos frutos da parceria do Departamento de Educação em Direitos Humanos com o curso de extensão da Universidade São Judas Tadeu, pois os textos aqui apresentados são de autoria deste grupo.

Para esta edição o tema é “Direitos Humanos e a cidade”, a fim de abordar os direitos de acessibilidade e ocupação urbana sob a perspectiva dos Direitos Humanos, no qual podemos refletir sobre exclusão e xenofobia contra imigrantes e refugiados, além de entender as ocupações destes na construção e desenvolvimento da cidade. Trazemos também para a reflexão, a importância do alcance à literatura como forma de garantir o pensamento crítico através da leitura.

Quando falamos de uma cidade na perspectiva dos Direitos Humanos, buscamos consolidar e ampliar o acesso para um espaço democrático, permitindo o debate para manifestações políticas, culturais e artísticas. Devem ocorrer ações justas, inclusivas, seguras e sustentáveis, definidos como bens comuns essenciais para uma vida plena e decente.

Isso deve vir acompanhado de uma lógica não excludente, sem discriminação, com um planejamento econômico por parte dos Estados a fim de criar um suporte e desenvolvimento aos cidadãos e tornar, através da ocupação social urbana, uma cidade mais participativa. E é disso que se trata também a Educação em Direitos Humanos!

Aproveitem a leitura e #SeguimosPerto. Enviem sugestões, críticas, elogios! Participem!!

EQUIPE EDH

EDH NA REDE



https://youtu.be/P_ZegMc0IBs

CULTURA EDH

A LEITURA E A LITERATURA COMO DIREITOS HUMANOS

"Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto forma de uso, digno de estar num quarto de despejo."

Carolina Maria de Jesus



Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, mãe e favelada narra seu cotidiano em seu diário publicado com o título Quarto de Despejo. Neste encontramos em vários fragmentos a oposição favela e cidade. Sendo a favela descrita como algo apartado da vida em sociedade “um quarto de despejo” e a cidade como a “sala de visitas”, espaço que as casas destinam ao lazer, às visitas, podendo ser associada ao conforto e ao lazer. Esses espaços representam a divisão entre aqueles a quem se reconhece o direito à dignidade e àqueles a quem o mesmo é negado. Contudo, Carolina de Jesus também é resistência de um sujeito que por meio da palavra constitui-se como ser humano e restaura a dignidade que tantas vezes lhe é negada.

A partir da reflexão proposta por Carolina De Jesus podemos pensar a cidade como um espaço de segregação ou que pode ser potencialmente promotor dos direitos humanos, gerador do acesso a equipamentos de cultura, lazer e educação. Dentre estes equipamentos destaco os espaços dedicados ao incentivo e acesso à leitura e à literatura, que são entendidas como componentes do direito à instrução constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (...) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 1948, p.14)

Ao entendermos a instrução como direito fundamental que deve estar orientado ao desenvolvimento da personalidade humana, promovendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos étnicos ou religiosos, podemos reconhecer o papel fundamental que a literatura pode assumir nesse processo não somente para a manutenção da paz entre as nações mas para a promoção da mesma no interior das nações.

Por que voltar nosso olhar especialmente à literatura?



"A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas."

Antonio Candido

A experiência literária pode ser entendida como momento de lazer, cultura e aprendizagem, sem que estes se excluam mutuamente, podendo contribuir para a formação do sujeito tanto individualmente como em sociedade.

Entrar em contato com obras literárias permite-nos dar a voz a nossas próprias experiências, despertando emoções, reflexões, identificações e possibilitando que nos organizemos e reorganizemos enquanto sujeitos. Assim nos reconhecemos como seres pertencentes a um tempo, um espaço, uma cultura e forjamos nossa própria identidade.

A literatura também nos permite vivenciar tempos, espaços e perspectivas que talvez nossa existência singular não nos permitiria, eis a nossa oportunidade de por meio da experiência literária reconhecer a diversidade, a alteridade e assim tornar-nos seres mais empáticos. Arrisco dizer que por meio da literatura podemos reconhecer que nunca estivemos sozinhos no mundo. Desta forma, a literatura configura-se como direito humano indispensável para a promoção da dignidade humana e que portanto deve ter seu acesso garantido a todos: "porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo" (CANDIDO, 2004, p. 172)

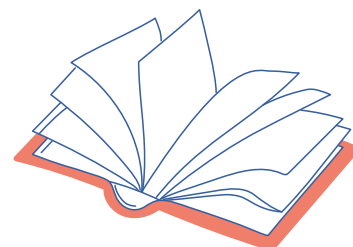
Quais as maneiras de garantir o direito à literatura?

A lei nº 13.696, DE 12 de julho de 2018 institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Esta estabelece no artigo 3º, entre seus objetivos, a democratização do acesso ao livro, o fortalecimento de ações de estímulo e valorização da leitura, com o fomento dos espaços destinados a leitura e também o incentivo aos profissionais da área. Essa lei traz também o incentivo a criação e implantação de planos estaduais, distritais e municipais do livro e da leitura.

A cidade de São Paulo, em seu Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), traça como um de seus princípios fundamentais:

VIII – Tornar São Paulo uma cidade leitora de expressiva produção literária, com políticas concretas e equipamentos condizentes e presentes em todas as regiões;

IX – Promover e fomentar a literatura não-hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT.



Entendida a literatura como uma fonte preciosa para que se garanta a construção de uma sociedade voltada à efetivação dos direitos humanos, pensar e garantir os equipamentos públicos que promovem esse direito é fundamental. Esses equipamentos podem ser divididos entre aqueles pensados diretamente para promoção e incentivo à leitura (como centros culturais e bibliotecas públicas ou comunitárias) e aqueles que são ressignificados pela população que passa a utilizá-los como espaços para que se compartilhe a experiência de estar em contato com o texto literários (slams, saraus, clubes de leitura).

As bibliotecas e os centros culturais

As bibliotecas públicas, além de terem como missão garantir o acesso ao público em geral a livros, revistas, jornais, CDs e DVDs, funcionam como um espaço em que se pode ler e pesquisar. Elas oferecem também uma programação cultural. O Sistema Municipal de Bibliotecas conta também com os Serviços de Extensão.

Os saraus

Nos saraus as pessoas se reúnem para compartilhar a leitura de poemas ou tocar canções. As poesias declamadas podem ser autorais ou de terceiros, podendo-se recorrer a leitura de textos já consagrados.

Os slams

No slam os poetas declamam suas poesias (autorais) em uma batalha entre si. Avaliados por cinco jurados que foram sorteados na plateia, ganha a competição quem tiver a maior nota. Os autores que decidem declamar suas poesias neste espaço estão livres para tratar de qualquer tema: amores, medos, violência... Hoje, no estado de São Paulo, estima-se que há cerca de 50 Slams.

Onde posso ter esse contato com a literatura?

informações retiradas do site da Secretaria Municipal da Cultura

1 - SLAM DAS MINAS SP (ITINERANTE)

O Slam das Minas tem como objetivo criar um espaço para dar voz às mulheres e garantir uma vaga feminina para o Slam BR.

2 - SLAM DO 13 (SANTO AMARO/ ZONA SUL)

Acontece a cada última segunda-feira do mês, dentro do terminal Santo Amaro.

3 - SLAM DA NORTE (FREGUESIA DO Ó/ZONA NORTE)O Slam da Norte surgiu com o intuito de trazer para o zona norte, morada de inúmeros poetas, esse movimento slammer.

4 - ZAP! SLAM (ITINERANTE)ZAP! Zona Autônoma da Palavra, é o primeiro "slam de poesias" brasileiro

5 - MENOR SLAM DO MUNDO (ITINERANTE)O menor slam do mundo é uma batalha com poesias de até 10s. Na mesma noite ocorre o minimenor slam do mundo, com poemas de até 3s e o nano slam com até 1s.

6 - SLAM DA PONTA (ITAQUERA/ ZONA LESTE)O Slam da Ponta é uma batalha de poesias que acontece toda primeira sexta-feira do mês no Reação Arte e Cultura, Zona Leste de São Paulo.

lista com mais informações disponíveis

1. Sarau da Cooperifa (Bar do Zé Batidão - rua Bartolomeu dos Santos, 797, Jardim Guarujá/ geralmente acontece às terças-feiras, às 20h)

2. Sarau do Binho (geralmente acontece no Espaço Clariô - rua Santa Luzia, 96, Taboão da Serra/ uma segunda-feira por mês, às 21h)

3. Sarau Elo da Corrente (itinerante/ uma vez por mês)

4. Sarau do Charles (itinerante/sem periodicidade definida)

5. Sarau das Mina (itinerante/ uma vez por mês)

6. Saraus na Casa das Rosas (Avenida Paulista, 37, Bela Vista/ Geralmente ocorrem saraus no espaço uma vez por mês)

7. Saraus no CCJ - Centro Cultural da Juventude (Avenida Deputado Emílio Carlos, 3641, Vila Nova Cachoeirinha/ uma vez por mês)

8. Sarau Bixa Literária - Coletivo Bixa Pare (itinerante/em periodicidade definida)

lista com mais informações disponíveis

Onde posso ter esse contato com a literatura?

1. Bibliotecas de Bairro

São Paulo tem à disposição cinquenta e uma bibliotecas espalhadas pelos bairros da cidade para descobrir a biblioteca mais próxima a você [clique aqui](#).

2. Bibliotecas Temáticas

São bibliotecas que possuem acervo específico e programação cultural em uma determinada área do conhecimento.

Biblioteca Alceu Amoroso Lima - Poesia

Biblioteca Belmonte - Cultura Popular

Biblioteca Cassiano Ricardo - Música

Biblioteca Hans Christian Andersen - Contos de Fadas

Biblioteca Roberto Santos - Cinema

Biblioteca Mário Schenberg - Ciências

Biblioteca Viriato Corrêa - Literatura Fantástica

Biblioteca Raul Bopp - Meio Ambiente

Biblioteca Paulo Duarte - Cultura Afro-brasileira

Biblioteca Prestes Maia - Arquitetura e Urbanismo

Biblioteca Paulo Setúbal - Literatura Policial

Biblioteca Maria Firmina dos Reis - CFCCT - Direitos Humanos

Biblioteca Cora Coralina - Feminista

3. Bibliotecas Centrais

Biblioteca Mário de Andrade

Uma das mais tradicionais instituições culturais do país, possui acervo expressivo com destaque para as coleções de artes, mapas periódicos, obras raras e acervo da ONU. Oferece, também, atendimento especializado a pesquisadores. No seu espaço acontecem eventos literários, exposições, cursos, palestras e outras atividades culturais.

Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato Biblioteca infantil de referência nacional, reúne significativo acervo de literatura brasileira, infantil e juvenil, acervo bibliográfico e museológico sobre Monteiro Lobato, banco de textos teatrais e mantém o Teatro infantil Monteiro Lobato - Timol.

Onde posso ter esse contato com a literatura?

Bibliotecas do Centro Cultural São Paulo

Ocupando um espaço superior a 9 mil m², abrigam um dos mais significativos patrimônios bibliográficos do país.

- Biblioteca Sérgio Milliet

Destacam-se obras nas áreas de literatura latino-americana, filosofia, religião, ciências sociais e história. Possui seções especializadas em artes, hemeroteca, recursos audiovisuais e banco de peças teatrais.

- Biblioteca Braille

Planejada e equipada para atender a pessoas com deficiência visual, reúne em seu acervo livros didáticos, técnicos, literários, infanto-juvenis e periódicos em braille e áudio. A Biblioteca também atua como editora, produzindo livros em braille e livros falados. Possui computadores adaptados para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso à internet.

- Gibiteca Henfil

Criada em 1991, na Biblioteca Viriato Correa, ganhou um novo espaço a partir de 1999, com sua reinauguração no CCSP. Sua coleção tem mais de 8 mil títulos entre quadrinhos, fanzines, periódicos e livros sobre histórias em quadrinhos.

4. Serviços de Extensão

- Bosque da Leitura

O Bosque da Leitura é um ambiente cultural alternativo localizado em parques da cidade que incentiva a leitura, facilita o acesso à informação e estimula a aprendizagem contínua dos cidadãos. Com um acervo de literatura e informação, funciona aos domingos das 10h às 16h (parte deles abrem também aos sábados, no mesmo horário).

- Pontos de Leitura

Espaços criados em bairros desprovidos de equipamentos culturais ou de difícil acesso a Bibliotecas Públicas.

- Ônibus-Biblioteca

Serviço criado para atender a bairros desprovidos de bibliotecas, facilitando o acesso à informação. Conta com paradas pré determinadas para cada dia da semana.

- Caixaestante

Serviço móvel de leitura e extensão que conta com um acervo variado e visa atender comunidades com dificuldade de acesso às bibliotecas. É instalado em associações de bairro, entidades ou empresas.

ATENÇÃO! Atualmente as bibliotecas públicas encontram-se fechadas, no entanto oferecem diversos livros virtuais para que possamos desfrutar da leitura em casa.

Lugares de Memória

O BAIRRO DO BIXIGA

Em 1870 iniciou-se a unificação da Itália, que gerou um fluxo migratório enorme dos Italianos ao Brasil. Concomitantemente, o Brasil estava em processo de abolição da escravidão, determinada pela Lei Áurea, o que acarretou a adoção de políticas de imigração pela província de São Paulo, que entre 1885 e 1902 recebeu 42 mil estrangeiros, sendo a Itália mais favorecida por esse processo.

Ainda, em decorrência da Revolução Industrial na Europa, e do consequente desordenamento das cidades e aumento das desigualdades sociais, os europeus viam em São Paulo a oportunidade de obterem um emprego e romperem com a escassez, mesmo porque a província precisava de mão-de-obra em fazendas no interior.

Em 1878, o português Antônio José Leite Braga, como uma forma de agradecimento à recepção que obteve na província de São Paulo, doou um lote do seu terreno localizado na chácara Bixiga para a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia. No entanto, o hospital acabou não sendo construído, visto que o terreno precisaria ser nivelado e o valor seria exorbitante.



Ao longo do tempo, perceberam que no bairro do Bixiga, na capital, a mão-de-obra era mais valorizada, em comparação ao campo. Trabalhadores do campo migraram para a capital, juntamente com os escravos libertos que habitavam os quilombos, acelerando o processo de urbanização com a construção de casas, asfalto, comércio, etc. No final do século XIX, a região foi batizada de Bixiga, como forma de homenagear o proprietário anterior.

O fluxo migratório dos italianos para o bairro continuou intenso, totalizando 240 mil migrantes. Na época, a composição demográfica do bairro era de 70% de moradores italianos, e 30% de moradores afrodescendentes, compondo um território multicultural. A impressão era de um lugar agradável e acolhedor, de tal maneira que os nordestinos também escolhiam o Bixiga como lar quando migravam para a capital paulista em busca de novas oportunidades.

No mundo contemporâneo, o Bixiga está localizado no distrito da Bela Vista na região central em São Paulo, composto por imóveis de valor histórico-cultural que possuem uma arquitetura única, sendo assim reconhecido como patrimônio histórico da Cidade de São Paulo em 2002. A arquiteta Severio Muratori aborda a questão do aspecto estético dos edifícios: “O Bexiga é importante, não só pelas suas construções características e pelos seus belos palacetes, mas também pelo traçado de suas ruas e quarteirões, reveladores da história da formação da cidade de São Paulo”.

Em suas estruturas arquitetônicas, observamos as casas construídas como residência coletiva, casarões divididos de modo a compartilhar um grande número de famílias, porções utilizados como habitação para pessoas de baixa renda, assimilando-se ao cortiço - termo utilizado como pejorativo. Fernando Borges Penteado, morador do bairro, relata, quem morava nos cortiços eram os negros. Os italianos que moravam em sobrados.” Nota-se que o rápido processo de urbanização possibilitou em pouco tempo o desenvolvimento da desigualdade social, refletido no modelo de organização e arquitetura dos espaços. Atualmente, as transformações da paisagem em regiões próximas, como: Avenida Nove de Julho e Avenida 23 de Maio, que passam por revitalização, trazem debates entre moradores e iniciativa privada, considerando que o avanço da modernização poderia interferir nas tradições, costumes, identidade local e urbanística. Ao mesmo tempo, com carência de investimento e manutenção, os imóveis tornam-se suscetíveis a invasões e passam a constituir moradias precárias.

Visto que no Bixiga existe uma relação entre o espaço urbano e as relações pluriversais podemos abordar a questão das relações raciais de indivíduos negros e brancos que se inter cruzam. É preciso ter atenção para a maneira como são representados os diferentes indivíduos não hierarquizando e bipolarizando a colaboração entre negros e italianos, mas, chamando atenção para a problemática de desvalorização dos aspectos culturais de matriz afro-brasileira. Mesmo anteriormente à chegada dos italianos, não era exaltado, e muito menos compreendido, o aspecto histórico, social e cultural das manifestações de matriz afro-brasileira.

Dessa forma, moradores e ex-moradores criaram o Projeto "Negros da Bixiga" como uma forma de valorizar as histórias do Quilombo de Saracura, que deu origem à escola de samba Vai-Vai. O Projeto pretende preservar a memória da raiz africana, em oposição a um passado no qual o racismo era ainda mais enraizado.

Na primeira metade do século XX, iniciou-se a instituição da Imprensa Negra, de Escolas de Samba, de Clubes Sociais Negro, da Frente Negra, do Teatro do Negro (1944) e do Movimento Negro Unificado (na década de 1970), dando visibilidade para a população negra na Bela Vista. Ao longo do tempo, foram ocupando lugares como o Jornal O Clarin D'Alvorada em 1928, o grupo carnavalesco Cai-Cai em 1928, a atual Vai-Vai, a Pastoral Afro Achiropita, fundada em 1988, e o terreiro de candomblé "Instituto Afro Religioso Ilê Asé Iyá Osun", criado em 1980.

O Bixiga é ainda considerado como um bairro marcado por festas e teatros - Festa de Nossa Senhora Achiropita, comemorada desde 1926 com dezenas de barracas, pratos típicos italianos; Teatro Oficina, instituído em 1958 e tombado pelo Conselho em Defesa do Patrimônio Histórico em 1982; Teatro Ruth Escobar, fundado em 1963; Teatro Sérgio Cardoso, antigo Teatro Brasileiro de Comédia). Abriga também dois museus: dos Óculos e Memória do Bixiga. Não poderia faltar nesta lista, a Casa da Dona Yáyá, a primeira chácara da região atualmente, que é ocupada pela sede do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP).

Entretanto, o mês da Consciência Negra no ano de 2019, com iniciativa da Arte da Rua, permitiu o protagonismo da população negra com um grande encontro de ancestralidade, resistência e ressignificação da cultura negra, com presença dos grupos Congada São Benedito de Mogi das Cruzes, irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, artistas do Afrojam-SP, festa Batekoo SP.

Os imigrantes nordestinos possuem ainda uma enorme contribuição para a construção da gastronomia em São Paulo. Ocupam frequentemente a posição de chefs, cozinheiros no bairro, tendo em vista que se familiarizam rapidamente e não se limitam a uma culinária típica, o que é considerado um dos requisitos fundamentais em um bairro tão plural como o Bixiga. Uma visita ao Bairro é uma ótima oportunidade para diversificar o paladar e conhecer sabores. O dia do Bixiga é comemorado em 1º de outubro, em razão de seu aniversário, conforme a Lei Municipal 14.485/2007. Neste ano, o bairro celebra seus 142 anos!

PERFIL EDH

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

O processo de migração a São Paulo sempre foi um fator determinante no desenvolvimento econômico da cidade. A mão-de-obra barata, mesmo em períodos de crise, embora tenha sido encarada com uma certa xenofobia, tendo em vista sua origem, sempre teve espaço de trabalho em toda a região metropolitana.

Dos nordestinos aos haitianos ou refugiados sírios, a localidade atrai migrantes, não pela suposta hospitalidade, mas sim pela esperança de condições básicas de vida - saúde, educação, trabalho e moradia - as quais seus lugares de origem não puderam promover. Por muitos são chamados de 'usurpadores do trabalho', o que demonstra o preconceito para com povos deslocados no espaço e usurpados de sua língua materna que frequentemente carecem também de direitos humanos básicos e universais - vide Trump fechando fronteiras em 2020, fundamentado pela xenofobia à população chinesa ou pelo suposto terrorismo do povo islâmico em 2017.

É importante ressaltar que os direitos humanos estão entrelaçados ao direito à cidade, à infraestrutura, aos recursos, ao lazer e à prosperidade econômica. A ideia do migrante como um transeunte, um mero povo de passagem, já não é pertinente aqui - aliás, nunca foi. A volta à sua origem muitas vezes é inviável, devido às guerras, desastres naturais, custo econômico etc. A cidade de São Paulo passa a ser o lugar onde esses grupos estabelecem suas raízes e ela se transforma em um bem comum, com participação cidadã de todos e cumpridora de seu dever social. É sempre bom lembrar dos dizeres da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

[...]

Artigo I Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. [...]

Artigo VI - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. [...]

Artigo XIII 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países

Dessa forma, a nova Lei de Migração - n. 13.445/2017 - passa a buscar uma harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil de 1988, o que o antigo Estatuto do Estrangeiro não fazia, concedendo ao migrante o status de sujeito de direitos humanos. O acolhimento humanitário é a principal mudança na legislação. Para a efetivação desse direito, muitas vezes difícil, burocrático ou indefinido, os migrantes contam com o apoio de organizações como a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente que atua na própria Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), que desde 2009 realiza um trabalho excelente de assistência em vários níveis: psicológica, humanitária, jurídica (incluindo regularização da situação migratória e trabalhista) e social. Em 2019, a instituição realizou mais de 4 mil atendimentos (dados retirados do site da organização). Conversamos com a assistente social do centro, Raquel Jevarauskas:

EDH - Quais os primeiros serviços que o CDHIC oferece ao migrante na sua chegada ao Brasil?

RJ - É fundamental destacar que o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) é uma organização da sociedade civil que desde 2009 vem trabalhando com objetivo de promover, organizar, realizar e articular ações que visem à construção de uma política migratória respeitosa com os direitos humanos de imigrantes e pessoas em situação de refúgio. Através do programa Espaço Migrantes ofertamos por meio de escuta qualitativa e humanizada, atendimentos em regularização migratória, assessoria jurídica e acompanhamento psicossocial por profissionais multidisciplinares e especializados. Desta forma, é possível conhecer a realidade que cada indivíduo está inserido e compreender as demandas que se manifestam para além da regularização migratória, de modo igual, identificar outras expressões da questão social e iniciar os encaminhamentos e articulações junto ao poder público e a rede de apoio visando a defesa intransigente dos direitos humanos da população migrante e refugiada.

EDH - Você consegue apontar as principais dificuldades do ponto de vista de adaptação/integração dos migrantes em São Paulo? Há auxílio nessa adaptação do CDHIC?

RJ - Há um intenso aumento do fluxo de migrantes e refugiados no Brasil e justaposto a esta realidade, até o momento desta entrevista, desconhecemos a existência de políticas públicas e programas que promovam integração social entre brasileiros e migrantes que façam integrações culturais. Reconhecendo a existência de diversas barreiras, sendo elas idiomáticas, culturais entre tantas outras, é extremamente necessário que mudanças estruturais sejam efetivadas para que esta população se sinta acolhida nas sociedades receptoras. Diante as barreiras apresentadas, o CDHIC por meio do atendimento para além da regularização migratória, acaba sendo uma ponte de acessos, e por este motivo, a população migrante se faz presente nos eventos organizados por nós, principalmente, nos encontros culturais e de formação. Tais participações nos mostram a importância do nosso trabalho, principalmente nas questões que envolvem adaptações e integrações.



EDH - O direito à cidade está intrínseco ao processo de acolhida humanitária, sendo assim, há dificuldade no acesso aos serviços públicos como SUS (Sistema Único de Saúde)?

RJ - Diariamente o CDHIC recebe denúncias de violação de direitos humanos que são enfrentados pela população migrante e refugiada, principalmente pelos equipamentos públicos do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estas violações se intensificaram fortemente em consequência da pandemia do COVID-19, e o que chamamos de acesso universal é negado pela falta de documentação regular e a exclusão digital. Notoriamente, os direitos garantidos pela Lei de migração de nº 13.445 é violado por diversos trabalhadores de âmbito público e privado pela falta de capacitação e conhecimento de uma lei existente e que reconhece aos migrantes e refugiados os mesmos direitos que os nacionais.

EDH - Os órgãos vinculados ao processo de regularização migratória, atualmente, têm preparação estrutural para o atendimento e realização dos serviços necessários?

RJ - Desde o início da pandemia do COVID-19 e as medidas de proteção dos órgãos de saúde alertando sobre a necessidade do isolamento social, a Polícia Federal (PF) publicou uma Medida Provisória de nº 926 e um Decreto de nº 10.282, ambos de 20 de março de 2020, encerrando os atendimentos presenciais enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública. Recentemente, a Polícia Federal inaugurou um novo formato de agendamento e notificou que o número de atendimentos permanece reduzido para que seja evitado aglomerações, porém, este método de agendamento não tem se mostrado efetivo, quando não há datas disponíveis para atendimento, assim, criando barreiras e dificultando a regularização migratória. Além da PF, a Receita Federal também encerrou os atendimentos presenciais e a emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) só pode ser realizado digitalmente através de um e-mail. A exclusão digital é real, e consequentemente, as populações invisíveis são afetadas diretamente e indiretamente pelos órgãos responsáveis pela emissão de documentos, este, um direito humano e fundamental.

Para mais informações sobre a organização acesse <https://www.cdhic.org.br/>

E, no âmbito municipal...

Temos o CRAI, o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, que é um serviço público da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura de São Paulo. Localizado no centro da cidade de São Paulo, o CRAI oferta apoio especializado e multilíngue para imigrantes, com foco em orientações sobre regularização migratória e acesso a direitos sociais, orientação jurídica e do serviço social, bem como encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos. Para saber mais, [clique aqui!](#)

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

cedh@prefeitura.sp.gov.br